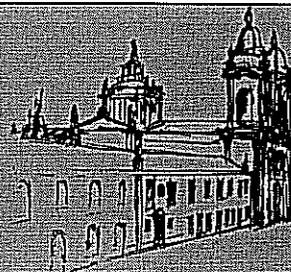


Município de
Cabeceiras de Basto



Handwritten signatures and initials:
A large signature at the top right.
Below it, the initials "de" and "ly" are written.
A vertical line with a crossbar is drawn below the initials.

**CONTAS
CONSOLIDADAS**

2014

1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

1.1 - INTRODUÇÃO

Em cumprimento do estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, vem o Município de Cabeceiras de Basto apresentar as contas consolidadas relativas ao ano económico de 2014.

O artigo 75.º do citado diploma legal, prevê a obrigatoriedade de os municípios apresentarem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas. O grupo autárquico é composto pelo Município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que esse controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

O objetivo das contas consolidadas é expressar a posição de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal.

Assim, teremos uma visão global da atividade e do equilíbrio financeiro do município, incluindo os setores que controla indiretamente.

No caso do Município de Cabeceiras de Basto, o perímetro de consolidação estende-se à Empresa Municipal Emunibasto, E.E.M. (detida a 100% pelo Município), à Régie Cooperativa Basto Vida (detida em 80% pelo Município) e à Régie Cooperativa Terra Mais Verde (que embora seja detida pelo município em 40%, indiretamente detém a maioria de capital, já que a Empresa Municipal Emunibasto, E.E.M., é detentora de 25%).

De referir, que houve uma alteração do perímetro de consolidação, decorrente da aplicação do disposto no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro e instruções do SATAPOCAL, sobre esta matéria, pelo que as demonstrações financeiras consolidadas do período findo a 31/12/2014 incluem as entidades controladas pelo Município enquanto no ano anterior apenas eram incluídas as entidades detidas a 100%. Desta forma as Demonstrações Financeiras consolidadas a 31-12-2014 faz parte um perímetro de consolidação mais alargado que o do ano anterior, no entanto, de modo a não por em causa o princípio da comparabilidade é fornecida informação adicional no Anexo às Demonstrações Financeiras consolidadas nomeadamente nas notas 5.2 b) e 5.8 p).

1.2- ACTIVIDADES

Ao longo do ano de 2014, a atividade municipal foi a que decorreu do cumprimento dos documentos aprovados pela Câmara e pela Assembleia Municipal no final de 2013, ou seja, o Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de 2014 que conferiram ao executivo municipal a legitimidade para realizar um conjunto de ações, obras e iniciativas que tiveram como objetivo a promoção do desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

O ano de 2014 foi o primeiro ano do mandato autárquico iniciado em outubro de 2013 e ficou fortemente marcado por duas iniciativas de enorme relevância para o concelho: as comemorações dos 500 anos da atribuição, por D. Manuel I, do Foral a

Cabeceiras de Basto e a Candidatura do Mosteiro de S. Miguel de Refojos a Património Cultural da Humanidade, cuja proposta de inscrição na Lista indicativa foi entregue na Comissão Nacional da UNESCO, no dia 6 de outubro, em Lisboa.

Ao longo do ano de 2014 a Câmara Municipal concretizou largas dezenas de obras destacando-se aqui a conclusão da Variante Sul (entre Lamas e Sobreira e entre o Barbeito e a Av. Capitães de Abril), a conclusão da reabilitação dos Claustros do Mosteiro de S. Miguel de Refojos. Deu continuidade às obras de construção da Variante entre Lameiros e Barbeito, do novo arruamento do Pedral, em Cavez, da ligação da rotunda da Variante ao cemitério, no Arco de Baúlhe, da construção de infraestruturas nas zonas industriais e de investimentos muito significativos ao nível do abastecimento de água, do saneamento e da recolha de lixos.

A construção e reconstrução de muros de suporte de estradas e caminhos tiveram em 2014 uma grande expressão. Com efeito, as intempéries sentidas durante o inverno provocaram inúmeras derrocadas de muros e taludes que exigiram intervenções rápidas e eficazes por parte das brigadas municipais de pedreiros, em certos casos confrontados com trabalhos complexos e morosos. Foram contrariedades como estas que obrigaram a Câmara Municipal a executar obras não previstas no Plano de Atividades para além de tantas outras resultantes de compromissos assumidos anteriormente.

Também o apoio às famílias mereceu atenção especial reforçando medidas de apoio direcionadas aos grupos socialmente mais vulneráveis, em particular no que respeita à intervenção com crianças e idosos em situação de maior fragilidade social. Mantemos os apoios através da atribuição de bolsas de estudo, da oferta de Kits de material escolar e de apoios financeiros para aquisição de livros.

A Câmara Municipal procedeu à transferência de apoios financeiros e logísticos para diversos clubes/coletividades e associações concelhias tendo em vista a realização de atividades, muitas delas em parceria com a própria autarquia, que promoveram e contribuíram para o desenvolvimento local.

A gestão de dinheiros públicos exige rigor e transparência. Foi assim que fizemos ao longo do ano 2014 promovendo as ações que estando previstas em Plano de Atividades tinham a necessária dotação financeira, mas, mais importante ainda, para as quais havia a necessária disponibilidade. Foi possível conter despesas, pagar dentro dos prazos e reduzir a dívida de curto e médio prazo. No final de 2014 a Câmara Municipal pagava a pronto aos seus fornecedores e a dívida global foi reduzida em 1,5 milhões de euros.

A Emunibasto E. E. M., durante o ano de 2014, esteve em processo de liquidação e encontra-se neste momento em fase de conclusão do procedimento administrativo de dissolução na conservatória do registo comercial, e conseqüentemente a sua dissolução durante o ano de 2015.

A Basto Vida, ao longo do ano de 2014, realizou diversas atividades e iniciativas, em todas as áreas da sua intervenção, nomeadamente, ação social e saúde, educação e formação, iniciativas socioculturais, prestações de serviços e parcerias institucionais. Com a sua atividade pretendeu dar resposta e apoiar as famílias, no sentido de aumentar a qualidade de vida das populações, para promover um envelhecimento ativo, saudável e sustentado, através do funcionamento dos Espaços de Convívio e Lazer, da dinamização do Posto Móvel de Atendimento ao Cidadão, que presta serviços administrativos, de apoio e de saúde nas diferentes freguesias, e ainda pelo trabalho desenvolvido nas escolas do concelho ao nível das atividades de enriquecimento curricular e da dinamização da Universidade Sénior, realizou também várias parcerias institucionais, nomeadamente com, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cabeceiras de Basto e com o Banco Local de Voluntariado.

Ao nível da prestação de serviços, salienta-se o trabalho desenvolvido na realização das atividades de animação e apoio à família (pré-escolar), componente de apoio à família (1.º ciclo), fornecimento de refeições escolares, gestão de equipamentos municipais e realização de algumas iniciativas concelhias das quais se destacam, a Feira e Festas de S. Miguel e as Comemorações dos 500 anos do Foral de Cabeceiras de Basto.

Durante o ano de 2014, a Basto Vida concluiu a obra da Construção da Unidade de Cuidados Continuados, que resultou da aprovação de uma candidatura a fundos comunitários, cujo financiamento foi aprovado no âmbito do Programa Operacional Regional Norte. Esta Unidade de Cuidados Continuados pretende dar resposta a internamentos de média duração, com uma previsibilidade superior a 30 e inferior a 90 dias consecutivos por cada admissão, a utentes encaminhados pela Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados. A unidade irá prestar cuidados integrados, individualizados e humanizados, nomeadamente os cuidados médicos diários, cuidados de enfermagem permanente, cuidados de fisioterapia e de terapia ocupacional, prescrição e administração de fármacos, apoio psicossocial, higiene, conforto e alimentação, convívio e lazer.

Relativamente à Terra Mais Verde, esta régie cooperativa não realizou atividades de caráter relevante, apenas de mero expediente.

1.3 – ANÁLISE DO BALANÇO

A estrutura patrimonial do grupo Municipal de Cabeceiras de Basto, bem como a sua evolução entre exercícios, está representada no Balanço apresentado, através do Ativo, Passivo e Fundos Próprios, que representam, respetivamente, os bens e direitos do Município, as suas obrigações e responsabilidades para com terceiros e o seu património.

O Ativo Líquido do grupo ascendeu, no final de 2014, a 97 milhões de euros, já considerado o montante relativo a acréscimos e diferimentos, representativos de direitos a receber em exercícios seguintes.

O Ativo Líquido é constituído em grande parte por bens do domínio público (39%) e Imobilizações corpóreas (57%). Da análise da rubrica bens de domínio público verificamos que esta é constituída essencialmente por construções e infraestruturas, nomeadamente a Rede Viária, Rede de Abastecimento de Água e Rede de Saneamento. No que concerne às imobilizações corpóreas, verifica-se que as rubricas mais relevantes respeitam a Edifícios e outras construções, designadamente as Escolas, os Edifícios Culturais (Casa da Música, Casa da Cultura, Biblioteca, outros) e Equipamentos Desportivos (Pavilhões Desportivos, Piscinas, Centro Hípico, entre outros), bem como imobilizações em curso, das quais destacamos as seguintes obras: Beneficiação de edifícios municipais, Infraestruturas em equipamentos desportivos, de recreio e lazer, abastecimento de água, construção de parques industriais, iluminação pública e rede viária.

Os fundos próprios apresentam, no final de 2014, o montante de 58 milhões de euros.

As dívidas de longo prazo e os proveitos diferidos são as rubricas mais significativas do passivo e representam 18% e 79%, respetivamente. As dívidas de longo prazo respeitam a empréstimos bancários contraídos pelo município.

No que respeita a liquidação de empréstimos, no ano de 2014 foram pagos 843 mil euros, sendo 93 mil euros destinados ao pagamento de juros, e os restantes 748 mil euros a amortização de capital. Os proveitos diferidos respeitam a subsídios ao investimento.

O balanço consolidado evidencia a existência de equilíbrio financeiro a curto e longo prazo uma vez que o ativo circulante é superior ao passivo de curto prazo e o ativo fixo é superior ao passivo de longo prazo.

1.4 – ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A demonstração de resultados por natureza permite observar a atividade do grupo Municipal de Cabeceiras de Basto, numa ótica de custos e proveitos incorridos durante o período em análise, evidenciando-os de maneira a permitir uma rápida constatação do montante e da forma como foi gerado o resultado obtido no exercício.

A demonstração de resultados apresenta um resultado líquido negativo na ordem dos 797.859 euros.

A estrutura de custos é moldada essencialmente pelas rubricas de custos com pessoal (46%), amortizações (29%) e fornecimentos e serviços externos (20%). Os proveitos relevam as transferências e subsídios (63%), impostos e taxas (16%) e prestações de serviços (10%).

1.5 – ANÁLISE DOS FLUXOS DE CAIXA

O mapa de fluxos de caixa discrimina os recebimentos e pagamentos associados à execução do orçamento, desagregados de acordo com a classificação económica corrente e de capital, assim como das operações de tesouraria. Evidencia ainda os saldos da gerência anterior e para a gerência seguinte, de acordo com a sua proveniência (execução orçamental ou operação de tesouraria).

O rigor com que o orçamento foi executado permitiu continuar, à semelhança dos anos anteriores, a manter o Equilíbrio Orçamental das contas do Município, com as receitas correntes superiores às despesas correntes.

A receita cobrada em 2014 cifrou-se em 13,6 milhões de euros, dos quais 12 milhões respeitam a receitas de natureza corrente e 1,6 milhões a receitas de capital. De notar que as receitas dependem essencialmente das transferências da Administração Central e de Fundos Comunitários.

O total da despesa realizada em 2014 ascendeu a 13,5 milhões de euros, dos quais 9,1 milhões respeitam a despesa de natureza corrente e 4,4 milhões a despesa de capital.

Destacamos as transferências realizadas pela Autarquia para a liquidação da Empresa Municipal EMUNIBASTO, para a Régie-Cooperativa Basto Vida, Freguesias, Instituições, Associações e Clubes, atingiram o valor de 884 mil euros, o que representa o esforço de colaboração da Câmara Municipal com os agentes sociais locais, aumentando a sua autonomia e viabilizando desta forma a realização de inúmeras iniciativas e obras que se traduzem numa efetiva melhoria das condições de trabalho dessas instituições e na promoção da qualidade de vida da população do concelho.

Verifica-se que as receitas orçamentais correntes são superiores às despesas correntes, o que permitiu transferir 2,9 milhões de euros de verbas de receitas correntes, para investimento em obras.

1.6 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS ENCERRAMENTO

Não ocorreram factos relevantes após o encerramento do exercício que mereçam ser relatados.

1.7 – PREVISÃO/EVOLUÇÃO FUTURA

O Grupo Municipal passará a ser constituído pelo Município de Cabeceiras de Basto, a Régie Cooperativa Basto Vida e a Régie Cooperativa Terra Mais Verde, uma vez que a Empresa Municipal Emunibasto, EEM, já apresentou o encerramento de contas e relatório de liquidação, que foi presente à reunião do Executivo Municipal de 27 de março de 2015 e aprovada na Assembleia Municipal de 27 de abril de 2015, encontrando-se neste momento em fase de conclusão do procedimento administrativo de dissolução e liquidação na conservatória do registo comercial, e consequentemente a sua dissolução durante o ano de 2015.

2-BALANÇO CONSOLIDADO

Código das Contas POCCAL	Activo	Exercícios			
		2014	2013	2014	2013
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público:				
451	Terrenos e recursos naturais	678.903		678.903	678.903
452	Edifícios				
453	Outras construções e infraestruturas	67.407.043	32.817.825	34.589.218	32.175.621
455	Bens do património histórico, artístico e cultural				
459	Outros bens de domínio público	964.305	101.024	863.281	869.841
445	Imobilizações em curso	1.826.857		1.826.857	4.745.083
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		70.877.109	32.918.849	37.958.259	38.469.449
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento				
433	Propriedade industrial e outros direitos				
439	Outras				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	5.796.032		5.796.032	5.833.011
422	Edifícios e outras construções	39.730.020	3.811.116	35.918.904	35.318.543
423	Equipamento básico	847.406	577.232	270.174	28.069
424	Equipamento de transporte	1.597.661	1.435.426	162.236	202.996
425	Ferramentas e utensílios	29.407	28.595	811	1.342
426	Equipamento administrativo	1.392.386	1.256.113	136.273	70.586
427	Taras e vasilhame				
428	Grandes Reparações	407.899		407.899	382.802
429	Outras imobilizações corpóreas	3.389.995	2.501.811	888.184	1.104.503
442	Imobilizações em curso	11.272.980		11.272.980	11.967.220
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
		64.463.786	9.610.294	54.853.493	54.909.072
	Investimentos financeiros:				
411	Partes de capital	110.424		110.424	176.663
412	Obrigações e títulos de participação				
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		110.424		110.424	176.663
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	327.708		327.708	251.939
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
		327.708		327.708	251.939
	Dívidas de terceiros - curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos				
211	Cliente, c/c	25.529		25.529	43.270
212	Contribuintes, c/c	0			
213	Utentes, c/c	147.605		147.605	69.277
2177	Cauções diversas	3.162		3.162	6.883
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	148.119		148.119	163.108
251	Devedores pela execução do orçamento	0			
229	Adiantamentos a fornecedores	12.390		12.390	
2619	Adiantamentos a fornecedores do imobilizado	0			
24	Estado e outros entes públicos	594		594	18.706
264	Administração autárquica	0			
262-263-267-268	Outros devedores	1.142.777		1.142.777	9.833.523
		1.480.176		1.480.176	10.134.767
	Títulos negociáveis:				
151	Ações				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos da dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Depósitos em instituições financeiras e caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	1.251.681		1.251.681	1.117.602
11	Caixa	35.023		35.023	33.969
		1.286.705		1.286.705	1.151.571
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	994.974		994.974	831.428
272	Custos diferidos	17.546		17.546	42.237
		1.012.519		1.012.519	873.665
	Total de amortizações		42.529.143		
	Total de provisões				
	Total do activo	139.558.428	42.529.143	97.029.285	105.967.125

Código das Contas POICAL	Fundos Próprios e Passivo	Exercícios	
		2014	2013
Fundos Próprios:			
51	Património	50.157.571	50.157.571
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
Reservas:			
571	Reservas legais	194.821	172.135
572	Reservas estatutárias	6.091	
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações	81.927	81.927
577	Reservas decorrentes de transferências de activos		
578	Edifícios Escolares (DL)	1.845.609	1.131.621
59	Resultados transitados	6.150.874	8.043.565
88	Resultado líquido do exercício	-797.859	86.072
	Interesses Minoritários	65.523	
Total dos fundos próprios		<u>57.704.556</u>	<u>59.672.890</u>
Passivo:			
Provisões para riscos e encargos			
	Dívidas de Longo Prazo	<u>7.084.521</u>	<u>7.832.321</u>
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:	<u>7.084.521</u>	<u>7.832.321</u>
2311	Empréstimos de curto prazo		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	100.199	995.308
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
252	Credores pela execução do orçamento		
<u>216+217+219</u>	<u>Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes</u>	<u>138.279</u>	<u>219.906</u>
261	Fornecedores de Imobilizado, c/c	493.861	506.244
24	Estado e outros entes públicos	209.818	133.186
264	Administração autárquica		
<u>262+263+267+268</u>	<u>Outros credores</u>	<u>285.423</u>	<u>283.825</u>
		<u>1.227.580</u>	<u>2.138.470</u>
Acréscimos e diferimentos:			
273	Acréscimos de custos	764.368	571.971
274	Proveitos diferidos	30.248.260	35.751.473
		<u>31.012.628</u>	<u>36.323.444</u>
Total do Passivo		<u>39.324.729</u>	<u>46.294.235</u>
Total dos fundos próprios e do passivo		<u>97.029.285</u>	<u>105.967.125</u>

3 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZA

Código das Contas POCAL	Designação	Exercícios	
		2014	2013
Custos e Perdas			
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		
	Mercadorias	4.971	29.273
	Matérias		29.273
62	Fornecimentos e serviços externos		2.589.713
	Custos com pessoal:		
641+642	Remunerações	5.100.420	4.403.977
643 a 648	Encargos sociais	1.347.699	1.011.492
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prest. sociais		326.677
66	Amortizações do exercício		4.010.659
67	Provisões do exercício		0
65	Outros custos e perdas operacionais		8.154
	(A) Custos e perdas operacionais		13.564.056
68	Custos e perdas financeiros	157.506	132.413
	(C) Custos e perdas correntes		132.413
69	Custos e perdas extraordinários	338.903	899.165
	(E) Custos e perdas do exercício		899.165
88	Resultado líquido do exercício	-798.290	13.411.524
			86.072
Proveitos e ganhos			
Vendas e prestações de serviços:			
7111	Vendas de mercadorias		2.522
7112+7113	Vendas de produtos		399.267
712+713	Prestação de serviços		1.199.824
72	Impostos e taxas	2.137.462	1.999.379
	Variação da produção		1.999.379
75	Trabalhos para a própria entidade	324.296	419.698
73	Proveitos suplementares		419.698
74	Transferências e subsídios obtidos	8.370.145	8.161.278
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	8.476	74.811
	(B) Proveitos e ganhos operacionais		12.544.226
78	Proveitos e ganhos financeiros	13.568	157.138
	(D) Proveitos e ganhos correntes		157.138
79	Proveitos e ganhos extraordinários	704.382	1.099.962
	(F) Proveitos totais		1.099.962
			13.513.879

RESUMOS	31.12.2014	31.12.2013
Resultados operacionais (B) - (A) =	-1.019.830	-123.167
Resultados financeiros (D-B) - (C-A) =	-143.939	24.724
Resultados correntes (D) - (C) =	-1.163.769	-98.443
Resultado líquido do exercício	-798.290	86.072
Interesses Minoritários	-431	
Resultado líquido após Interesses Minoritários	-797.859	86.072

4- MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da gerência anterior	1.151.571€	Despesas orçamentais	13.530.766€
Execução orçamental	343.612€	Correntes	9.159.100€
Operações de tesouraria	807.959€	Capital	4.371.666€
Receitas	13.687.374€	Operações de Tesouraria	1.604.737€
Correntes	12.070.430€	Saldo para a gerência seguinte	1.286.705€
Capital	1.616.944€	Execução orçamental	500.219€
Outras receitas		Operações de tesouraria	786.486€
Operações de Tesouraria	1.583.263€		
Total	16.422.207€	Total	16.422.207€

5-ANEXOS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 46.º da Lei das Finanças Locais o Município de Cabeceiras de Basto vem apresentar o Anexo às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício económico de 2014.

5.1 – INFORMAÇÃO RELATIVAS ÀS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E A OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS

a) Relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação:

DENOMINAÇÃO	SEDE	MOTIVO DE INCLUSÃO NA CONSOLIDAÇÃO
Município de Cabeceiras de Basto	Praça da República n.º 467 4860- 355 Cabeceiras de Basto	Entidade Mãe
Emunibasto, E.E.M.	Praça da República n.º 299 4860- 355 Cabeceiras de Basto	Capital diretamente detido a 100% pelo Município
BASTO VIDA- Serviços de Ação Social e Cuidados de Saúde, CRL	Bairro João Paulo II n.º 58 4860- 360 Cabeceiras de Basto	Capital diretamente detido a 80% pelo Município
REGIE COOPERATIVA – Terra Mais Verde	Praça da República 4860- 355 Cabeceiras de Basto	Capital diretamente detido a 40% pelo Município e indiretamente - 25% (detido pela Empresa Municipal Emunibasto, EEM)

FUNÇÃO	N.º FUNCIONÁRIOS			
	CMCB	EMUNIBASTO	Régie Cooperativa Basto Vida	Régie Terra Mais Verde
Dirigente Superior	5			
Técnico Superior	23		16	
Assistente Técnico	39		5	
Assistente Operacional	123		60	
Policia Municipal	6			
Pessoal Não Docente	93			
Professores			34	
Animadores				
Outros	6			
Total	295	0	115	0

b) Relativamente às entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:

As seguintes entidades excluem-se do perímetro de consolidação por não se verificar a existência ou presunção de controlo por parte do Município de Cabeceiras de Basto.

DENOMINAÇÃO	SEDE	VALOR DA PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA	% CAPITAL DETIDO PELO MUNICÍPIO	RLE – ANO 2014
RESINORTE	Codessos, Apartado 27 4890- 166 Celorico de Basto	70.348 €	0,88%	2.466.382 €
TCR-Desenvolvimento e Promoção de Turismo Cultural e Religioso, CRL	Av. General Norton de Matos n.º 50, 1º 4700-387 Braga	5.000 €	2,85%	Não conhecemos este elemento, embora já o tenhamos solicitado por diversas vezes
ADREDT,SA	Apartado 60 4600 Amarante	29.327 €	4,45%	Não conhecemos este elemento, embora já o tenhamos solicitado por diversas vezes
MUNICIPIA,SA	TAGUSPARK-Edif. Ciência II n.º 11 3.º B 2740-120 Porto Salvo	4.988 €	0,15%	36.687 €

5.2 – INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

- a) Descrição dos casos em que a aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas deem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação.

Nas presentes demonstrações financeiras consolidadas foram aplicadas as normas e respetivos procedimentos de consolidação de contas por se entender que refletem a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e económica do município.

- b) Indicação das alterações ocorridas, no decurso do exercício, na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação, com fundamentação do facto de se tratar ou não de uma alteração significativa.

No presente exercício ocorreram alterações ao perímetro de consolidação, decorrentes da aplicação do disposto no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro e instruções do SATAPOCAL de 2014.

O perímetro de consolidação estendeu-se à Régie Cooperativa Basto Vida (detida em 80% pelo Município) e Régie Cooperativa Terra Mais Verde (que embora seja detida pelo município em 40%, indiretamente detém a maioria de capital, já que a Empresa Municipal Emunibasto, E.E.M., é detentora de 25%), para além da Empresa Municipal Emunibasto, E.E.M. (detida a 100% pelo Município), que já fazia parte do perímetro de consolidação.

5.3 – INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

- a) Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra- contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas;

Os movimentos de consolidação efetuados resultam de:

a.1) Eliminação das participações financeiras

Emunibasto, EEM

DESIGNAÇÃO CONTA	2014		2013	
	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO
411 Partes de Capital		1.000.000		1.000.000
51 Património	1.000.000		1.000.000	
571 Reservas Legais			14.550	
59 Resultados transitados				14.550
TOTAL	1.000.000	1.000.000	1.014.550	1.014.550

Basto Vida

DESIGNAÇÃO CONTA	2014		2013	
	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO
411 Partes de Capital		2.000		
51 Património	2.000			
5X Interesses Minoritários de Balanço		500		
51 Património	500			
5X Interesses Minoritários de Balanço		1.472		
8x Int Minoritários Dem Resultados	1.472			
5X Interesses Minoritários de Balanço		30.454		
571 Res Legal	1.523			
572 Reservas Estatutárias	1.523			
59 Resultados Transitados	27.409			
TOTAL	34.426	34.426	0	0

Terra Mais Verde

DESIGNAÇÃO CONTA	2014		2013	
	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO
411 Partes de Capital		40.000		
51 Património	100.000			
411 Partes de Capital		25.000		
5X Interesses Minoritários Balanço		35.000		
5x Interesses Minoritários Balanço	1.903			
8X Int. Minoritários Dem Resultados		1.903		
TOTAL	101.903	101.903	0	0

a.2) Eliminação das transações intra – grupo

Emunibasto, EEM

DESIGNAÇÃO CONTA	2014		2013	
	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO
62 Fornecimentos e serviços externos				180
63 Transf.sub cor conced e prest. Sociais		46.000		278.058
69 Custos e perdas extraordinários		54.000		725.910
712+713 Prestação de serviços			180	
74 Transferências e subsídios	100.000		1.003.967	
TOTAL	100.000	100.000	1.004.147	1.004.147

Basto Vida

DESIGNAÇÃO CONTA	2014		2013	
	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO
62 Fornecimentos e serviços externos		581.793		
63 Transf.sub cor conced e prest. Sociais		174.500		
65 Outros Custos e Perdas Operacionais		0		
69 Custos e perdas extraordinários		383.685		
711+712 Prestação de serviços	751.493			
74 Transferências e subsídios	349.000			
44 Imobilizações em curso		169.800		
2745 Subsídios investimento	209.185			
76 Outros proveitos e ganhos operacionais	100			
TOTAL	1.309.778	1.309.778	0	0

a.3) Eliminação de saldos intra – grupo

Emunibasto, EEM

DESIGNAÇÃO CONTA	2014		2013	
	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO
26 Outros devedores e credores	334.024		333.883	
59 Resultados transitados		140		
26 Outros devedores e credores		333.883		333.883
TOTAL	334.024	334.024	333.883	333.883

Basto Vida

DESIGNAÇÃO CONTA	2014		2013	
	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO
2745 Subsídios investimento	306.286			
59 Resultados Transitados		306.286		
21 Clientes		45.751		
22 Fornecedores	45.751			
TOTAL	352.036	352.036	0	0

- b) Discriminação da rubrica "diferenças de consolidação", com indicação dos métodos de cálculo adotados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior;
Não aplicável
- c) Justificação dos casos excecionais em que não se tenha adotado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;
Não aplicável
- d) Situação em que foi utilizada a faculdade prevista no ponto iv) da alínea a) do item 3.5.4.1. das instruções do SATAPOCAL sobre a consolidação de contas, se o seu efeito sobre o património, a situação financeira e os resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação for materialmente relevante;
Não aplicável
- e) Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados de uma entidade incluída no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado;
Não aplicável
- f) Informações que tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;
No ano de 2013, o perímetro de consolidação do Município, limitava-se a si próprio e à empresa Municipal Emunibasto, E.E.M., uma vez que não existiam outras entidades detidas a 100% pelo Município, com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o perímetro de consolidação no ano de 2014 estendeu-se também à Régie Cooperativa Basto Vida (detida em 80% pelo Município) e Régie Cooperativa Terra Mais Verde (que embora seja detida pelo município em 40%, indiretamente detém a maioria de capital, já que a Empresa Municipal Emunibasto, E.E.M., é detentora de 25%).
- g) Indicação dos montantes dos ajustamentos excecionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram;
Não aplicável
- h) Indicação dos casos excecionais em que se utilizou a faculdade prevista na alínea b) do item 3.5.2.1. das instruções do SATAPOCAL sobre a consolidação de contas, bem como das razões que justificaram a sua utilização;
As taxas de amortização praticadas pela empresa municipal decorrem de estimativas quanto ao período de vida útil dos bens sujeitos a depreciação. O Município amortiza os ativos de acordo com as taxas de amortização previstas no CIBE. No entanto, verifica-se que para alguns bens as taxas são coincidentes, para outros as diferenças são reduzidas. Assim, dada a imaterialidade do ajustamento e a complexidade no acompanhamento e controlo dos movimentos do imobilizado não foram introduzidos, nas demonstrações financeiras consolidadas qualquer ajustamento relativo há homogeneização das amortizações do exercício.

- i) Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial.

As participações de capital noutras empresas encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

5. 4. INFORMAÇÕES RELATIVAS AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS

- a) Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazos (art. 46.º, n.º 1, da LFL), desagregada por rubrica patrimonial, de acordo com o seguinte mapa:

Endividamento consolidado de médio e longo prazo

Código/designação das contas	Dívidas a terceiros de médio/longo prazo			Eliminação dos créditos/dívidas recíprocos	Grupo público consolidado
	Município de Cabeceiras de Basto	EMUNIBASTO, E.E.M., Basto Vida, e Terra Mais Verde	TOTAL		
1	2	3	4=2+3	5	6=4-5
23-Empréstimos obtidos	7.084.521	0	7.084.521		7.084.521
Total	7.084.521		7.084.521		7.084.521

- b) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vençam nos quatro anos seguintes à data do balanço, desagregado por entidade, no caso apenas a Câmara Municipal.

Caracterização do empréstimo	Data de contratação do empréstimo	Prazo do empréstimo (em anos)	Dívida em 31 de Dezembro de 2014
Médio e longo prazos:			
Caixa Geral de Depósitos:			
Empréstimo de 40.000 contos (Intempéries - DL 38-C/2001)	22-08-2001	20	83.393
Empréstimo de 134.810,11€ - Linha Bonificada Juros - DL 144/2000	18-07-2002	15	21.810
Empréstimo de 157.857,56€ - Linha Bonificada Juros - DL 144/2000	18-07-2002	15	28.367
Empréstimo de 199.303,93€ - Linha Bonificada Juros - DL 144/2000	18-07-2002	15	41.072
Empréstimo de 106.339,72€ - Linha Bonificada Juros - DL 144/2000	18-07-2002	15	26.474
Empréstimo de 750.724,40€ - Linha Bonificada Juros - DL 144/2000	23-08-2002	20	101.464
Empréstimo até 680.224,63€ - Investimento	18-11-2002	20	347.384
Empréstimo de 500.000€ (Amortizações efectuadas)	17-12-2002	20	257.759
Empréstimo até 99.510,75€ - Linha Bonificada Juros - DL 144/2000	22-01-2003	12	4.722
Empréstimo até 691.210,00€ - artigo 20º da Lei n.º 107-B/2003, de 31/12 - OE/2004	20-09-2004	20	410.834
Empréstimo até 752.000,00€ - artigo 19º da Lei n.º 55-B/2004, de 30/12 - OE/2005	11-04-2005	20	462.625
Empréstimo até 445.455,60€ - Habitação Social em Arco de Baulhe	16-08-2006	25	310.870
Empréstimo até 1.070.789,00€ - artigo 33º da Lei n.º 60-A/2005, de 30/12 - OE/2006	06-11-2006	20	743.172
Empréstimo até 2.500.000,00€ - Financiamento complementar de projectos	27-10-2008	20	2.079.585
Empréstimo até 976.121,29€ - Financiamento complementar destinado aos Centros Escolares de Refojos e Arco de Baulhe	28-01-2009	20	811.173
Empréstimo até 700.000,00	06-10-2010	20	639.132
Banco Espírito Santo:			
Empréstimo a Longo Prazo (artigo 19º da Lei n.º 32-B/2002 de 10/12)	24-07-2003	20	178.016
Direcção-Geral do Tesouro e Finanças:			
Programa Pagar a Tempo e Horas - Empréstimo até 766.667,00€	30-09-2008	10	536.667
Total Médio e Longo Prazo ...			7.084.521
Total Geral ...			7.084.521

5.5 INFORMAÇÕES SOBRE SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS

Descrição dos saldos e dos fluxos financeiros (art.º 46.º, n.º 1, da LFL), desagregada por tipo, de acordo com o seguinte mapa:

Tipo de fluxos	Município de Cabeceiras de Basto/EMUNIBASTO									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anul.no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo Inicial	Direitos constituídas no exercício	Anul.no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					0					0
Subsídios		46.000		46.000	0					0
Empréstimos					0					0
Relações comerciais					0					0
Part. Cap numerário					0					0
Part. Cap espécie					0					0
Outros	334.024	54.000		54.000	334.024					0
Total	334.024	100.000	0	100.000	334.024	0	0	0	0	0

Tipo de fluxos	EMUNIBASTO/Município de Cabeceiras de Basto									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anul.no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo Inicial	Direitos constituídas no exercício	Anul.no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					0					0
Subsídios					0		100.000		100.000	0
Empréstimos					0					0
Relações comerciais					0					0
Part. Cap numerário					0					0
Part. Cap espécie					0					0
Outros					0	334.024				334.024
Total	0	0	0	0	0	334.024	100.000	0	100.000	334.024

Tipo de fluxos	Município de Cabeceiras de Basto/Basto Vida									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anul.no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo Inicial	Direitos constituídas no exercício	Anul.no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					0					0
Subsídios		558.185		558.185	0					0
Empréstimos					0					0
Relações comerciais		751.593		705.843	45.751					0
Part. Cap numerário					0					0
Part. Cap espécie					0					0
Outros					0					0
Total	0	1.309.778	0	1.264.028	45.751	0	0	0	0	0

Tipo de fluxos	Basto Vida/Município de Cabeceiras de Basto									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anul.no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo Inicial	Direitos constituídas no exercício	Anul.no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					0					0
Subsídios					0		558.185		558.185	0
Empréstimos					0					0
Relações comerciais					0		751.593		705.843	45.751
Part. Cap numerário					0					0
Part. Cap espécie					0					0
Outros					0	0	0		0	0
Total	0	0	0	0	0	0	1.309.778	0	1.264.028	45.751

Não existiram fluxos financeiros entre a Régie Cooperativa Terra Mais Verde e o Município.

5.6 – INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS

a) Montante global dos compromissos financeiros que não figurem no balanço consolidado, no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação, incluindo, relativamente às entidades que adotem o POCAL, a discriminação, por agrupamento económico, dos valores que devem ser refletidos nas contas da classe 0 relativas aos compromissos para exercícios futuros;

Não existem outros compromissos financeiros para além dos que constam do Balanço.

b) Descrição das responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a sua natureza e mencionando expressamente as garantias reais, com indicação da norma legal habilitante.

Não existem responsabilidades por garantias prestadas.

5.7 – INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

a) Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e os métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente no que diz respeito às amortizações, aos ajustamentos e às provisões;

RUBRICA	CMCB	EMUNIBASTO
Bens de Domínio Público	Custo de produção ou de aquisição, valor de avaliação/valorização quando da aplicação do POCAL Depreciações sistemáticas de acordo com o CIBE-Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.	Não aplicável
Imobilizado Corpóreo/ativo fixo tangível	Custo de produção ou de aquisição; Bens obtidos a título gratuito-valor resultante da avaliação ou VPT, caso não seja exequível, o imobilizado assume valor zero; Depreciações sistemáticas de acordo com o CIBE-Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.	Custo de produção ou de aquisição; Depreciações calculadas pelo método da linha reta de acordo com a vida útil esperada
Imobilizado Incorpóreo/ativo intangível	Despesas de instalação, investigação e desenvolvimento amortizadas num prazo máximo de 5 anos.	Não aplicável
Investimentos financeiros	Custo de aquisição; Quando, a data do balanço, os investimentos financeiros apresentarem um valor de mercado inferior ao contabilístico, deve ser reconhecido um	Não aplicável

	ajustamento.	
Existências	Custo de aquisição; Custeio das saídas: FIFO	Não aplicável
Dívidas de/a terceiros	Reconhecidas de acordo com o valor dos documentos que as titulam	Custo de aquisição
Disponibilidades	Expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos.	Expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos.

b) Cotações utilizadas para a conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas que sejam ou tenham sido originariamente expressos em moeda estrangeira diferente.

Não existem saldos em moeda estrangeira

5. 8. – INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBICAS

a) Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento»;

Não aplicável

b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações, ajustamentos e provisões;

ACTIVO BRUTO

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação / Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transferências Abates	Saldo Final
De bens de domínio público						
Terrenos e Recursos Naturais	678.903					678.903
Edifícios						
Outras construções e infraestruturas	63.087.746		6.605.879		-2.286.582	67.407.043
Bens do património histórico, artístico e cultural						
Outros bens de domínio público	964.305					964.305
Imobilizações em curso	4.745.083		962.155		-3.880.381	1.826.857
Adiantamentos por conta de bens do domínio público						
	69.476.038	0	7.568.035	0	-6.166.964	70.877.109
De imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação						
Despesas de investigação e de						
Propriedade industrial e outros						
Imobilizações em curso						
Adiantamentos por conta de						
Outras						
		0				
De imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	5.833.011		88.240	-125.219		5.796.032
Edifícios e outras construções	38.655.672		1.251.237		-176.888	39.730.020
Equipamento básico	565.090		300.024		-17.707	847.406
Equipamento de transporte	1.580.966		16.695			1.597.661
Ferramentas e utensílios	29.407					29.407
Equipamento administrativo	1.272.136		129.041		-8.792	1.392.386
Taras e vasilhame						
Grandes reparações	382.802		25.097			407.899
Outras imobilizações corpóreas	3.350.503		108.875		-69.383	3.389.995
Imobilizações em curso	11.967.220		3.121.786		-3.816.026	11.272.980
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas						
	63.636.808	0	5.040.993	-125.219	-4.088.796	64.463.786
De investimentos financeiros:						
Partes de capital	176.663				-66.239	110.424
Obrigações e títulos de participação						
Investimentos em imóveis						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Outras aplicações financeiras						
Depósitos em instituições financeiras						
Títulos da dívida pública						
Outros títulos						
Imobilizações em curso						
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros						
	176.663	0	0	0	0	110.424

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De bens de domínio público				
Terrenos e Recursos Naturais				
Edifícios				
Outras construções e Infraestruturas	30.912.125	3.276.392	-1.370.692	32.817.825
Bens do património histórico, artístico e cultural				
Outros bens de domínio público	94.464	6.560		101.024
	31.006.589	3.282.953	-1.370.692	32.918.849
De imobilizações incorpóreas:				
Despesas de Instalação				
Despesas de Investigação e de desenvolvimento				
Propriedade Industrial e outros direitos				
De imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	3.337.128	475.861	-1.873	3.811.116
Equipamento básico	537.021	57.918	-17.707	577.232
Equipamento de transporte	1.377.970	57.456	0	1.435.426
Ferramentas e utensílios	28.065	531		28.595
Equipamento administrativo	1.201.550	58.707	-4.145	1.256.113
Taras e vasilhame				
Outras imobilizações corpóreas	2.246.000	275.837	-20.026	2.501.811
	8.727.735	926.309	-43.750	9.610.294
De Investimentos financeiros:				
Partes de capital				
Obrigações e títulos de participação				
Investimentos em imóveis				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
Outras aplicações financeiras				
Depósitos em Instituições financeiras				
Títulos da dívida pública				
Outros títulos				
	39.734.324	4.209.261	-1.414.442	42.529.143

c) Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período;

Os custos com os empréstimos obtidos são reconhecidos como custos do período em que ocorrem.

d) Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram;

Não aplicável

e) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respetivos preços de mercado;

Não aplicável

f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado;

Não aplicável

g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor;

Não aplicável

h) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão.

Não aplicável

i) Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável;

Não aplicável

j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades;

MAPA DE VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

<i>Vendas e prestações de serviços</i>	<i>Montante</i>	<i>%</i>
Vendas		
<i>Mercadoria</i>	7.062	0,4%
<i>Água</i>	380.032	22,3%
	387.093	22,7%
Prestação de serviços		
<i>Resíduos sólidos</i>	374.746	22,0%
<i>Trabalhos por conta de particulares</i>	12.555	0,7%
<i>Instalações desportivas, culturais e recreativas</i>	34.438	2,0%
<i>Educação</i>	105.121	6,2%
<i>Outros</i>	789.894	46,4%
TOTAL	1.703.847	100,0%

k) Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos na alínea b) do item 3.5.2.1. das instruções do SATAPOCAL sobre a consolidação de contas, e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efetuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável

l) Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros;

Não aplicável

m) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;

PERÍODO DE GESTÃO DE 01/01 A 31/12 DE 2014

Nome	Órgão Executivo Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto		Conselho de Administração Emunibasto		Conselho de Administração Basto Vida		Direção da Terra Mais Verde		Órgão de Fiscalização			
	Situação na entidade	Remuneração	Situação na entidade	Remuneração	Situação na entidade	Remuneração	Situação na entidade	Remuneração	CMCB	Emunibasto	Basto Vida	Terra Mais Verde
Serafim China Pereira	Presidente	29.975										
Jorge Agostinho Borges Machado	Vereador											
Francisco Luís Teixeira Alves	Vice-Presidente	23.254										
Ana Paula Magalhães Carvalho	Vereadora											
Deolinda Isabel Costa Coutinho	Vereadora											
Helder Emanuel Teixeira Vaz	Vereador											
Mário António Jesus Leite	Vereador											
Ana Paula Martins Rego (*)												
Marco Filipe Vieira Gomes (*)												
Francisco da Silva Correia (*)												
Maria de Fátima Neiva Oliveira			Liquidatária									
Joaquim Barroso de Almeida Barreto					Presidente							
Maria de Fátima Neiva Oliveira					Tesoureira	8.608						
Catarina Micaela Magalhães Alves Ramos					Secretária	1.519						
Luís Filipe Gomes Lopes							Presidente da Direção - Associação de desenvolvimento Rural Mútua de seguros e					
Marcia Andreia Rodrigues Fonseca e Barros							1º Vogal da Direção - Município de Cabeceiras de Basto					
Fernando Móises Saldanha							2º Vogal da Direção - Grupo Emiliano Saldanha, Lda.					
Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados, SIROC, Lda.									14.391	1.353		

n) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação;

Não aplicável

o) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações;

Não aplicável

p) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior;

No ano de 2013, o perímetro de consolidação do Município, limitava-se a si próprio e à empresa Municipal Emunibasto, E.E.M., uma vez que não existiam outras entidades detidas a 100% pelo Município, com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o perímetro de consolidação no ano de 2014 estendeu-se também à Régie Cooperativa Basto Vida (detida em 80% pelo Município) e Régie Cooperativa Terra Mais Verde (que embora seja detida pelo município em 40%, indiretamente detém a maioria de capital, já que a Empresa Municipal Emunibasto, E.E.M., é detentora de 25%).

De referir que a Régie Cooperativa Terra Mais verde, no ano de 2013 apresentou saldos nulos, no entanto a Régie Cooperativa Basto Vida, desenvolveu durante todo o ano diversas atividades.

De acordo com as instruções do SATAPOCAL, e uma vez que as alterações ocorridas no perímetro de consolidação resultam, da modificação ocorrida no quadro legal vigente e não de qualquer decisão e/ou deliberação dos eleitos ou órgãos municipais, não existe obrigatoriedade de reexpressar, de forma integral, as demonstrações financeiras consolidadas do ano anterior.

Neste contexto, a comparação entre o exercício de 2014 e 2013 fica comprometida, pelo que se apresenta de seguida um quadro, com informação adicional relativa ao exercício de 2013 e 2014, das entidades incluídas no perímetro de consolidação, para efeitos de comparação:

	31-12-2014				31-12-2013			
	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Resultado Líquido	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Resultado Líquido
Régie Basto Vida	2.193.408	279.057	1.914.351	7.360	1.763.585	247.050	1.516.534	12.934
Régie Cooperativa Terra Mais Verde	94.563	0	94.563	-5.437	0	0	0	0

q) Demonstração consolidada dos resultados financeiros;

Código das	Custos e Perdas	Exercícios		Código das	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2014	2013			2014	2013
681	Juros suportados	92.951	101.436	781	Juros obtidos	691	322
682	Perdas em entidades participadas			782	Ganhos em entidades participadas	9.826	
683	Amortizações de investimentos em imóveis			783	Rendimentos de imóveis		
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de participações de capital		
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			785	Diferenças de câmbio favoráveis		
				786	Descontos de pronto pagamento obtidos		
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria			787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		
688	Outros custos e perdas financeiros	64.556	30.978				
	Resultados Financeiros	-143.939	24.724	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	3.051	156.816
		13.568	157.138			13.568	157.138

r) Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Código das	Custos e Perdas	Exercícios		Código das	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2014	2013			2014	2013
691	Transferências de capital concedidas	201.977	734.393	791	Restituição de impostos		
692	Dívidas incobráveis			792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências			793	Ganhos em existências		
694	Perdas em imobilizações	125.219	125.691	794	Ganhos em imobilizações	38.727	33.527
695	Multas e penalidades			795	Benefícios de penalidades contratuais	17.332	23.439
696	Aumentos de amortizações e provisões			796	Reduções de amortizações e de provisões		
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	9.740	31.912	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	7.962	5.796
698	Outros custos e perdas extraordinários	1.967	7.168	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	640.361	1.017.799
	Resultados Extraordinários	365.479	200.798	799	Outros proveitos		19.401
		704.382	1.099.963			704.382	1.099.962

s) Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício;

Não aplicável

t) Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos;

Não aplicável

u) Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas;
Não aplicável

[Handwritten initials and marks]

APROVAÇÃO PELA CÂMARA MUNICIPAL

O presente processo referente à Consolidação de Contas do ano de 2014, foi aprovado por TRES VOTOS A FAVOR E QUATRO ABSTENÇÕES, pela Câmara Municipal, de harmonia com o disposto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela legislação posterior, na sua reunião realizada no dia 12 DE JUNHO/2015, para ser presente à Assembleia Municipal.

O Presidente da Câmara

[Handwritten signatures of the President and several council members]

APROVAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

As Contas Consolidadas, referentes ao ano de 2014, que antecedem, foram presentes e aprovadas em sessão ordinária da Assembleia Municipal, que se realizou em 29/06/2014, tendo todas as folhas e anexos sido rubricados pelos elementos da mesa, que abaixo assinam.

O Presidente

O 1º Secretário

O 2º Secretário

[Handwritten signatures of the President and the two Secretaries]



CSA Auditores

Gaspar Castro, Romeu Silva
& Associados, S.R.O.C., Lda.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo **Município de Cabeceiras de Basto** as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2014, (que evidencia um total de 97 029 285 euros e um total de Fundos Próprios de 57 704 556 euros, incluindo um Resultado Líquido negativo de 797 859 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Câmara a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das entidades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos nº 7 a 9 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

sede:

Edif. Parque das Hortas, 220 - M/N - 4810-275 Guimarães
tel. 253 439 250 - fax 253 439 259

Praça Camilo Castelo Branco, 31 - 5. 43 - 4700-209 Braga
tel. 253 201 300/5 - fax 253 201 302

NIFL 504 678 500 - GRUPO nº 153
Capital Social 10.000,00 eur



CSA Auditores

Gaspar Castro, Romeu Silva
& Associados, S.R.O.C., Lda.

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. Mantém-se a impossibilidade de validar integralmente o reconhecimento contabilístico do ativo imobilizado do Município, com efeitos no cômputo dos valores do ativo, das amortizações e dos trabalhos para a própria entidade.
8. Não podemos pronunciar-nos acerca de eventuais contingências e necessidades de provisões sobre situações de contencioso pendentes nos tribunais.
9. Mantém-se a impossibilidade de validar o saldo da rubrica de subsídios ao investimento e a correspondente imputação a proveitos.
10. Não foi reconhecida a responsabilidade pela realização de Fundo de Apoio Municipal no montante de € 527.000, com um efeito de igual montante em diminuição do ativo e do passivo.

sede:

Edif. Parque das Hortas, 220 - M/N - 4810-275 Guimarães
tel. 253 439 250 - fax 253 439 259

Praça Camilo Castelo Branco, 31 - S. 43 - 4700-209 Braga
tel. 253 201 300/5 - fax 253 201 302

IMP. 504 078 900 (ORÇ. 10 15)
Capital Social 10 000,00eur



CSA Auditores

Gaspar Castro, Romeu Silva
& Associados, S.R.O.C., Lda.

Opinião

11. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos nº 7. a 9 acima, e exceto quanto ao efeito da situação descrita no parágrafo nº 10, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Município de Cabeceiras de Basto** em 31 de Dezembro de 2014, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

12. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Ênfases

13. Sem afetar a opinião expressa nos parágrafos 11e 12 acima, chamamos a atenção para os seguintes factos:

a. A empresa Municipal Emunibasto, E.M., que integra o perímetro de consolidação, se encontrar em processo de liquidação decorrente da aplicação da Lei 50/2012, de 31 de agosto – de onde poderão decorrer alterações no referido perímetro.

b. Tal como referido no anexo às demonstrações financeiras consolidadas nas notas 5.2b) e 5.8p), em virtude do alargamento do perímetro de consolidação decorrente de alteração no quadro legal vigente estabelecido pela Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, as demonstrações financeiras apresentadas não são comparáveis com as do ano anterior, sendo que no referido anexo são prestadas informações adicionais para permitir, ainda que de forma não integral, perceber as principais diferenças ocorridas quer ao nível do perímetro de consolidação quer ao nível da materialidade das demonstrações financeiras das novas entidades abrangidas pelo perímetro.

Braga, 15 de Junho de 2015

GASPAR CASTRO, ROMEU SILVA & ASSOCIADOS – SROC, LDA (Nº.153)

Representada por

Gaspar Vieira de Castro, ROC 557

sedes:

Edif. Parque das Hortas, 220 - M/N · 4810-275 Gulmarães
tel. 253 439 250 · fax 253 439 259

Praça Camilo Castelo Branco, 31 · S. 43 · 4700-209 Braga
tel. 253 201 300/5 · fax 253 201 302

NIPO 504 078 910 · DRCC nº 153
Capital Social 10.000,00eur